
**NOVAS E ANTIGAS DINÂMICAS FAMILIARES:
INFLUÊNCIA NO BEM-ESTAR DOS ADOLESCENTES E SEUS CUIDADORES.**

**NEW AND OLD FAMILY DYNAMICS:
THEIR INFLUENCE IN THE WELLBEING OF ADOLESCENTS AND THEIR
CAREGIVERS.**

Margarida Gaspar de Matos (MGMatos)
Universidade de Lisboa

Armando Leandro (ALeandro)
Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

Maria do Céu Machado (MCMachado)
Universidade de Lisboa

Isabel Leal (ILEal)
Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Duarte Vilar (DVilar)
Universidade Lusitana

Carlos Gonçalves (CGonçalves)
Universidade do Porto

Mari Carmen Moreno (MCMoreno)
Universidad de Sevilla

Suzane Schmidlin Löhr (SSLöhr)
Universidade Federal do Paraná

Contacto para correspondência:
Margarida Gaspar de Matos
margaridagaspar@netcabo.pt

Resumo: Que a família é o primeiro contexto social e tem importância fundamental no desenvolvimento e bem estar das crianças e adolescentes, já está amplamente documentado. Os pais influenciam os filhos, pela herança genética e muito particularmente pela herança comportamental, modelagem e estilo parental.

Sabemos que tanto pais negligentes como mais superprotectors, ou ainda pais autoritários, (sem falar de pais abusadores), podem acarretar consequências muito negativas no potencial, no desenvolvimento e no bem estar de crianças e adolescentes.

Sabemos que ser pai e mãe é um desafio único pela dificuldade, mas também, em geral, pela gratificação. Não somos ensinados a ser pais e, como dizia Kundera, também neste caso a vida de todos os dias é ao mesmo tempo o “ensaio geral” e a própria “performance”.

Sabemos que em tempo de crise, de conflito, de precariedade, os filhos são multiplamente afectados: directamente pelas dificuldades, pela sua preocupação com as preocupações dos pais, porque os pais não tem a mesma disponibilidade para eles, porque os pais ficam eles próprios afectados, podendo estes efeitos ter repercussões dramáticas no dia a dia da família. Então o que mais pode ser dito sobre as famílias? Qual o melhor modo de se incluir os pais como parceiros nas acções dos técnicos de educação, saúde e segurança social, e conseguir-se assim ser útil e eficaz respeitando as culturas familiares?

Palavras-chave: Famílias; Novas famílias; Incluir a família

Abstract: Families are the first social context and are of fundamental importance in the development and wellbeing of children and adolescents that is now a widely documented evidence.

Parents influence their children by genetic inheritance and particularly by behavioral inheritance, modeling and parenting style.

It is known that both neglectful parents as more overprotective, or authoritarian parents, or even worst abusive parents, can cause very negative consequences in the potential, development and wellbeing of children and adolescents.

It is known that being a parent is a unique challenge due to the difficulty, but also in general, for the gratification. None is taught to be parents and, as Kundera said, the life of every day is both the “rehearsal” and the “performance” itself.

It is known that in times of crisis, conflict, insecurity, children are multiply affected: directly by difficulties, by their attention to the concerns of parents, because parents do not have the same availability to them, because the parents are themselves affected, these effects can have dramatic effects on the daily life of the family.

So what else can be said about families? What is the best way to include parents as partners in the activities of education, health and social security professionals, -being useful and effective while respecting the family cultures?

Key-words: Families; New families; Families as partners

Introdução

(MGMatos). Que a família é o primeiro contexto social e tem importância fundamental no desenvolvimento e bem estar das crianças e adolescentes, já está amplamente documentado. Os pais influenciam duplamente os filhos, pela herança genética e muito particularmente pela herança comportamental, pela modelagem e pelo seu estilo parental. Sabemos que tanto pais negligentes como pais superprotectores, ou ainda pais autoritários (sem falar de pais abusadores), podem acarretar consequências muito negativas no potencial, no desenvolvimento e no bem estar de crianças e adolescentes.

Sabemos que ser pai e mãe é um desafio único pela dificuldade, mas também, em geral, pela gratificação. Não somos ensinados a ser pais e, como dizia Kundera, também neste caso a vida de todos os dias é ao mesmo tempo o “ensaio geral” e a própria “performance”.

Sabemos que em tempo de crise, de conflito, de precaridade, os filhos são múltiplemente afectados: directamente pelas dificuldades, pela sua preocupação com as preocupações dos pais, porque os pais não têm a mesma disponibilidade para eles, porque os pais ficam eles próprios afectados, podendo estes efeitos ter repercussões dramáticas no dia a dia da família. Então o que mais pode ser dito sobre as famílias?

MGMatos - Será correcto falar de “novas famílias”? falando por exemplo de famílias alargadas que voltam a incluir os avós e outros membros da família; falando de famílias reconstruídas, falando de famílias monoparentais, falando de famílias com pais do mesmo sexo; falando de adopção, falando de famílias com pais adolescentes; falando pelo contrário de famílias com pais mais velhos?

ALeandro - Afigura-se-me poder usar-se o termo “novas famílias” para referir a acentuação atual de diferentes formas de constituição, estruturas e funcionamento das famílias, com o predomínio da “família relacional”, que resulta da “desfuncionalização da família” e do processo do “renascimento da subjetividade”, características do nosso tempo.

MCMachado - Não sei se se pode falar de novas famílias mas sim de novas organizações das famílias. É preocupação frequente a protecção das crianças pelo facto de se identificarem famílias desajustadas mas parece-me que há maior apoio e protecção às crianças do que à família em si. Assim, com os dois elementos a trabalhar e a dividir as tarefas caseiras, a vida do casal que deve necessariamente incluir a vida sexual é mais difícil e torna-se mais frequente o divórcio. No entanto, a criança é cada vez mais o centro da família com os pais a condicionar os seus tempos e as suas opções de vida financeiras e de lazer ao infantário, à doença, à natalidade ou ao futebol, todas actividades infantis.

Serão as actuais famílias mais negligentes, menos adequadas? Há muito mais informação e capacitação, por vezes em excesso, e tantas vezes indecisão e escolhas

não adequadas ou comportamentos em que a criança é verdadeiramente um tirano, com demissão dos pais. Ou seja, por um lado a enorme vontade de proporcionar a melhor educação e saúde e por outro a submissão a vontades e birras frequentes e utilizadas pelos pequenos chantagistas.

O tipo de família não importa, se for família no sentido da protecção, apoio, disponibilidade, segurança, educação, saúde, nutrição, afecto, estímulo. Não é rara a angústia do casal sobre a forma de lidar e principalmente a enorme culpabilidade quanto a adequação das suas próprias atitudes muitas vezes potenciada pelos profissionais de saúde que lhes tentam mostrar os erros e ajudar mas sempre sob o ponto de vista da criança e não da família que inclui os pais.

Outro factor que dificulta esta organização familiar é a inexperiência. As famílias são pequenas e não raramente o jovem pai e a jovem mãe não tiveram contacto com crianças como acontecia nas gerações anteriores, pois não têm irmãos ou sobrinhos. Estes contactos eram essenciais na aprendizagem não só de lidar, mas de gostar de crianças.

Ileal - Claro que famílias há muitas e que cada um sabe da sua.

Ainda assim é costume falar da família como uma magna entidade transcultural e trans-temporal que serve de objecto de estudo a uns tantos, de referencial de segurança a outros, de local de trocas e eterno retorno a mais alguns.

Não se sabe bem porquê mas durante um tempo quis-se acreditar que a família era a invariante, a célula base da sociedade, a explicação, simultaneamente, primeira e última de tudo e mais alguma coisa. Tanto interesse pela família acarretou o actual conhecimento de que, como tantas outras palavras, esta é polissémica e designa, umas vezes, sistemas de parentesco, outras, grupos domésticos, outras ainda, tipos de relações. A família moderna, ou seja, aquela a que nos referimos constantemente e que acreditamos o paradigma de todas as famílias de todos os tempos é recente e, provavelmente, a única na história do mundo que, esvaziada de quase todas as funções sociais, privilegia os afectos, naquilo a que Shorter (1975) chamava, com graça, “um surto de sentimento”.

Das nossas “sentimentais” famílias espera-se apenas que se amem – seja isso o que for – já que, este outro termo, eventualmente ainda mais polissémico que o primeiro, parece ser a panaceia universal de todos os males. Sendo dado que o amor tudo redime, tudo explica, tudo compreende, acreditamos que basta amarmo-nos para que tudo o resto venha por extensão.

No centro das nossas ideias de família, anda, costuma andar, a ideia de criança. A ideia de criança não tem que ver com nenhuma criança em concreto. Antes de nos resolvermos a ter crianças, ou como também se diz “a constituir família”, lidamos com ideias, umas atraentes, outras nem por isso, em que projectamos o futuro e nos projectamos a nós próprios num outro tempo e com outras funções.

Às vezes, imaginamo-nos como pais e, fazemos disso, um objectivo a alcançar, à luz de todas as nossas crenças e valores. Como a maioria de nós acredita que constituir família e ser pai ou mãe é sinónimo, o assunto não merece grande atenção. Dizendo por outras palavras: Como a maioria de nós assume que a parentalidade

se desenvolve imutável num quadro de conjugalidade, amorosamente investida, em que aliás o projecto de ter filhos ancorou, esquece-se ou ignora-se mesmo, que tão importante como querer ter filhos é querer ser pai ou mãe.

Contrariamente ao senso comum, estamos perante dois fenómenos diferentes. As nossas ambições de afirmação social e as nossas disponibilidades psicológicas, neste caso como em tantos outros, nem sempre coincidem.

Uma das consequências das nossas actuais ideias de famílias, firmadas na centralidade do amor e, por isso mesmo, na efemeridade das relações, parece implicar que o projecto de ser-se pai ou mãe, assente num desejo próprio, autónoma e individualmente construído. Nesse novo contexto, o único realmente novo e definitivamente importante do nosso tempo, a configuração que uma qualquer família possa ter, acaba por ser uma questão de somenos (Leal, 2005).

DVilar - A minha resposta remete para o nosso contexto cultural e não para outros contextos culturais diferentes. Embora tenham existido sempre uma diversidade grande de famílias, as únicas que eram reconhecidas social e legalmente eram as constituídas através do casamento heterossexual e as famílias monoparentais por viuvez. Depois, o divórcio foi sendo legalmente reconhecido e com isso, reconheceu-se também as chamadas famílias reconstruídas baseadas no casamento de divorciados (dado que este problema não existia no caso dos viúvas e viúvas). O reconhecimento legal das uniões de facto e o reconhecimento parcial das famílias resultantes de uniões homossexuais é a mudança mais recente. De facto, a sociedade portuguesa, à semelhança de outras com a mesma matriz cultural, reconhece a diversidade atual das estruturas familiares e, hoje em dia, a aceitação moral e social (e não somente no plano legal) desta diversidade é cada vez maior. Mas as famílias mudaram também profundamente nas suas dinâmicas, no sentido de relações mais igualitárias nos casais e em relações menos autoritárias entre pais e filhos, no sentido do que Fize (1990) descreve como um processo de democratização das famílias.

CGonçalves - As profundas transformações históricas e sociais ocorridas nas quatro últimas décadas nas sociedades democráticas ocidentais, maior respeito pelas opções individuais, pelas diferentes cosmovisões e leituras de mundos possíveis, levou ao reconhecimento e ao assumir de uma realidade familiar complexa, que sempre esteve silenciosa e ocultamente a impregnar a realidade: a diversidade de configurações de famílias e de conjugalidades. Ou seja, de uma sociedade regida por um único padrão normativo - a família intacta - assumiu-se e reconheceu-se uma multiplicidade de configurações familiares como: a família monoparental, de recasamento ou de reconstrução, de adoção, de união de facto, a família constituída por duas pessoas do mesmo sexo. A família transformou-se numa realidade menos institucionalizada e menos estável, porque as relações conjugais se tornaram menos previsíveis em termos de temporalidade, alicerçando-se prioritariamente em investimentos emocionais do casal e menos dependentes da predeterminação e imposição social. Ou seja, as relações conjugais e familiares alicerçam-se predominantemente em vínculos emocionais e na intimidade, em

contraponto a normas sociais e éticas exteriores à mesma, como comentam Relvas e Alarcão (2002).

MCMoreno - Efectivamente, la estructura de nuestras familias ha cambiado de manera evidente en los últimos tres o cuatro decenios, hasta el punto de que muchas consideraciones y principios que se daban como incuestionables en relación con ella, ha sido necesario revisarlos, incluso el concepto mismo de familia. Así, la familia tradicional, la que ha predominado en nuestro contexto y llenaba nuestras representaciones sociales, se ha visto sustituida o, mejor dicho, complementada, por otras configuraciones familiares. Es decir, la familia nuclear, intacta, con un padre varón que trabaja fuera de casa y una madre que permanece en el ámbito doméstico al cuidado de la casa y la familia, ha ido bajando su presencia en nuestra sociedad, al tiempo que aparecían otras configuraciones familiares. En el caso de España, lo que muestran con claridad los análisis demográficos se puede resumir en diez grandes cambios en los hogares españoles: han aumentado los hogares de adultos solteros, de familias monoparentales (consecuencia, sobre todo, del incremento de las separaciones y de los divorcios, así como de la maternidad en solitario por elección), de parejas de hecho (homo y heterosexuales), de familias reconstituidas (con y sin hijos de uniones previas), de hogares en los que la madre tiene un trabajo remunerado fuera de casa o de hogares en los que los hijos no son biológicos, al tiempo que se ha producido un retraso importante en la edad del matrimonio y en la edad para la maternidad, una reducción significativa de la tasa de natalidad y, ya de puertas adentro, se advierte una clara tendencia a una mayor igualdad entre hombres y mujeres dentro de la familia. Es decir, la familia española tiene hoy un ciclo vital diferente al de tres o cuatro décadas, es más pequeña y, sobre todo, más diversa en su composición (Alberdi, 2007).

En el origen de estos cambios hay que tener en cuenta la influencia de otros cambios macrosistémicos, como son los cambios sociales, económicos, legislativos, políticos, educativos, ideológicos, etc. acontecidos en este tiempo. Así, por ejemplo, el acceso de la mujer al mundo del trabajo, el logro de su independencia económica, la igualdad legal entre ambos sexos, la legalización del divorcio, del aborto, del matrimonio homosexual, de las parejas de hecho, la accesibilidad a los procesos de adopción, los avances científicos en anticoncepción y prevención de enfermedades de transmisión sexual, el descenso de la natalidad, los avances en reproducción asistida, etc. Sin embargo, a nada que miremos alrededor, observaremos que estos cambios no son privativos de la familia española o de la portuguesa, sino que son tendencias y realidades generalizadas que también se observan en los países desarrollados. No obstante, lo que sí es característico de España (y en cierta medida también en Portugal) es que, por un lado, los cambios se inician más tarde que en la mayoría de los países occidentales (básicamente, en el caso de España, se inician con la transición democrática a partir de 1975), pero, por otro lado, los cambios han sido tan acelerados que desde el punto de vista demográfico, los últimos 30 años podrían calificarse como revolucionarios en la historia de la familia en España.

La pregunta que a veces muchas personas se siguen haciendo es si para

todos estos tipos de hogares seguimos utilizando la denominación de familia, lo que inevitablemente nos lleva a definir qué es una familia. El concepto de familia puede ser analizado al menos desde dos grandes perspectivas. Por un lado, desde las perspectivas de la paleontología y la psicobiología evolutiva (el punto de vista de la especie), la familia es un fenómeno universal en la especie humana, una forma de organización social alrededor de la reproducción, el cuidado y la educación de la prole, que asegura al máximo la supervivencia de los más pequeños y la coexistencia social, que adopta formas diversas (pero con una característica universal: la prohibición del incesto) y que es el resultado de una larga evolución biológica en la que la bipedestación tiene un papel especialmente importante. Con la bipedestación se produce un estrechamiento del canal del parto que, a su vez, hace que el cerebro de los neonatos se reduzca para poder salir por él, algo que lleva aparejado que las crías humanas sean muy dependientes (en lo físico y en lo social), necesitadas de mucho esfuerzo y cuidados de sus progenitores durante mucho tiempo, y fueron precisamente estas importantes demandas de cuidado, y el consiguiente sentimiento de que había que asegurarse de que el esfuerzo invertido se realizaba sobre los hijos propios, lo que condujo a crear la familia como estructura de organización social. Por otro lado, desde el punto de vista histórico-cultural, la familia tiene una larga historia social, demográfica, económica, religiosa e ideológica que revela que parece haber sido la mejor fórmula encontrada para asegurar la supervivencia de la especie y un cierto orden social; pero la manera de definir y de formar una familia, los tipos y los estilos de familia, están sujetos a una enorme variabilidad. Y es la cultura la que determina la forma y las modalidades de formación y organización familiar, las reglas de funcionamiento de la familia y las variaciones que se consideran aceptables. (Para otra buena revisión sobre la parentalidad desde una perspectiva evolucionista ver Bjork, Yunger & Pellegrini, 2002).

A partir de aquí, y situándonos en la familia tal como hoy la conocemos, es posible encontrar muchas definiciones de familia (Rodrigo y Palacios, 1998), pero todas tienen en común que incluyen al menos uno de los siguientes elementos: los miembros del grupo (un hombre adulto, una mujer adulta, los hijos de ambos, dos miembros del mismo sexo que cuidan a uno o más niños, etc.) y los vínculos entre los miembros (biológicos, legales, afectivos, etc.) (López y Escudero, 2003). Partiendo de estas definiciones, parecería que las nuevas estructuras comentadas anteriormente incluyen esos elementos y podrían ser reconocidas como familias.

Pero tan importante como eso es comprobar si estas nuevas estructuras cumplen las funciones que se consideran propias de la familia. Y en este punto tiene interés mirar a las otras disciplinas que tienen a la familia como objeto de estudio. Por ejemplo, la antropología ha mostrado, entre otras cosas, cuáles parecen ser la metas universales de la paternidad (LeVine, 1974) y cómo la familia contribuye a la economía de la cultura (Ogbú, 1981); por su parte, la sociología de la familia ha revelado las conexiones entre los valores educativos de los padres y madres y su estatus profesional, mostrando, de camino, uno de los mecanismos por los

que se podrían perpetuar las clases sociales; por último, quienes trabajan dentro del enfoque del análisis de necesidades consideran que la familia debe cubrir las necesidades de tener (poseer materia-energía e información para vivir), de relación (comunicarse, ser amado y tener a quien amar, ser aceptado y considerado por los demás) y de ser (sentido de autonomía e identidad) (López, 2008). Parece haber un cierto consenso en reconocer que las funciones más importantes que se le reconocen a la familia son cinco: la función económica (como productora y consumidora de bienes y servicios), la de satisfacer las necesidades emocionales y sexuales de sus miembros adultos, la de atender y cuidar a los miembros que lo necesitan (menores, ancianos, enfermos, etc.), la de apoyo social y emocional para ayudar a sus miembros a hacer frente a las crisis y, finalmente, la más reconocida, la de cuidar y educar a sus miembros menores de edad (ver, por ejemplo, Menéndez, 2003). En relación con esto último, la familia es reconocida como el instrumento de socialización más importante, ya que es el primero en el que la persona crece y el que actúa durante más tiempo, con una intensidad especial, siendo particularmente importante en los ámbitos social y personal del desarrollo.

A partir de todo lo argumentado hasta ahora, se entiende que una de las definiciones de familia que más se citen en los últimos años sea la de Palacios y Rodrigo: *Unión de personas que comparten un proyecto vital de existencia que se desea duradero, en el que se generan fuertes sentimientos de pertenencia a dicho grupo, existe un compromiso personal entre sus miembros, y se establecen intensas relaciones de intimidad, reciprocidad y dependencia* (Palacios y Rodrigo, 1998, pág. 33). Si la familia no se define por su estructura o composición, sino por las funciones que cumple y las relaciones que se establecen en su interior, lo que habría que analizar ahora es cómo son esos otros hogares, esas nuevas estructuras que, como ya se ha comentado, cada vez están más presentes en la sociedad occidental.

En los medios de comunicación y a menudo también en publicaciones de divulgación es posible encontrar argumentos fuertemente ideologizados y llenos de prejuicios en contra de las nuevas estructuras familiares (Moreno, 2004). Pero en el contexto académico en que nos encontramos las respuestas deben darse a partir de la evidencia científica. Y, así, lo que la evidencia tiende a mostrar una y otra vez es que las diferentes configuraciones familiares cumplen las funciones de una familia y, por lo tanto, deben ser catalogadas como tales (Arranz y Oliva, 2010).

En este sentido, lo que la literatura científica internacional muestra es que el funcionamiento familiar, la satisfacción de necesidades de los miembros que la componen (desde las más físicas, a las sociales, cognitivas, estimuladoras y emocionales), así como el nivel de bienestar emocional y de sentimiento de satisfacción que originan no está ligado a la estructura de las familias, sino al tipo de relaciones que dentro de ellas se establezcan y a los condicionantes que inciden sobre ellas. Así lo muestran los trabajos con familias homoparentales (González, López & Gómez, 2010), monoparentales de diverso tipo (los distintos tipos de madres y padres solteros, de hogares de divorciados y divorciadas, separadas y separados, viudas y viudos; ver (Cortés & Cantón, 2010), familias reconstituidas

también en sus distintas versiones (Oliva, Parra & Antolín, 2010), famílias adoptivas (Palacios, 2010) o famílias acogedoras (Muñoz, Jiménez & León, 2010).

SSLohr - Conversar sobre famílias nos leva a refletir sobre o significado dessa organização social, analisando seu percurso e o formato adotado com o passar dos tempos. O homem, como outros mamíferos, necessita do leite materno na primeira etapa de vida, para sobreviver. Os seres humanos estabeleceram uma divisão de tarefas que permitisse dar conta de tal tarefa: enquanto a mãe amamenta o filho recém-nascido, o pai provê o sustento da família. Tal divisão fortalece as chances de sucesso da prole, tratando-se, portanto, de um comportamento com valor de sobrevivência para a espécie. Esse e outros arranjos familiares são resultantes de nosso percurso evolutivo. O bebê humano é indefeso e precisa de alguém que cuide dele, aqueça-o, proteja-o até que adquira independência para zelar pela própria vida. Necessita, portanto, de ao menos um adulto cuidador. As tarefas envolvidas no cuidar de um bebê são inúmeras. A mãe dar conta de atender a todas as demandas físicas, afetivas e desenvolvimentais de um bebê e ainda buscar recursos para manter a própria vida, constitui um grande desafio. Assim, a parceria com o pai da criança, torna-se uma alternativa interessante. A presença do pai adotando o papel tradicionalmente estabelecido de provedor ou revesando com a mãe entre o cuidar da criança e a busca externa de recursos para manutenção da família, constitui um enorme diferencial, dando à criança uma dupla de cuidadores. Alguns etólogos afirmam que para fortalecer o vínculo e o compromisso do pai com a família, a natureza equipou as mulheres com algumas características importantes. Segundo Fisher (1983), a natureza dotou a espécie humana da capacidade de relacionar-se sexualmente a qualquer momento e não apenas em período reprodutivo, como ocorre em animais que apresentam o estro. Em um texto denominado "Contrato sexual," Fisher (1983) enumera vários aspectos vantajosos decorrentes da disponibilidade contínua da mulher da espécie humana para fazer amor. O aspecto que nos interessa nesse momento é aquele que favorece a estruturação de uma família. Fisher analisando a sociedade primitiva, destaca que a mulher ao estar disponível sexualmente para o parceiro não apenas em períodos específicos, aumentou as chances de manter um parceiro junto a si. Estabelecendo-se, nesse momento, uma parceria: em troca da segurança da paternidade, o homem se mobilizava para prover e proteger a mulher e os filhos. A necessidade de proteção tanto da mãe quanto da prole, fez com que a união entre um homem e uma mulher se fortalecesse, dando origem a pequenos agrupamentos que hoje conhecemos sob a denominação de famílias.

As famílias primitivas ganharam novo contorno na Idade Média, impulsionada pela influência do cristianismo, que defendia a celebração dos casamentos, tidos como indissolúveis perante Deus. É importante lembrar que muitos casamentos da época selavam acordos econômicos entre partes, sendo arranjados entre famílias. É assim que a infanta Carlota Joaquina, filha do futuro rei da Espanha, Carlos IV, casou-se, aos dez anos com D. João VI, que mais tarde se tornaria rei de Portugal. Com o casamento, duas grandes nações da época fortaleciam suas relações. Por se

tratar de casamento de conveniência, no qual a noiva era ainda criança, o mesmo só foi consumado vários anos mais tarde. Em casamentos arranjados a afetividade poderia ou não ocorrer, mas as uniões eram vitalícias, tanto no âmbito jurídico, quanto no religioso.

Ferry (2012) aponta de forma magnífica a passagem do casamento por conveniência para o casamento por amor, quando descreve, acompanhando dados históricos, as relações estabelecidas na baixa Idade Média, chegando ao tempo moderno, quando o capitalismo se torna uma das forças que abre espaço para a invenção do casamento por amor. Na nova organização, casamentos passam a ocorrer quando os noivos se sentem afetivamente unidos e querem oficializar o surgimento de uma nova família. O casamento era ainda tido como união indissolúvel. A partir de 1910 em Portugal e de 1977 no Brasil, mudanças na legislação levaram à aceitação do rompimento de casamentos, legitimando os divórcios, o que propiciou espaço para configurações familiares diversas.

A descoberta de métodos contraceptivos, no séc. XX provocou novas mudanças na organização das famílias ao permitir aos casais optarem ou não pela procriação. Sexo e reprodução deixam de ser sinônimos. A sexualidade passou a ser estudada na sua relação com o amor, tendo influência direta na organização das famílias. Filhos teoricamente passariam a ser concebidos conforme planejamento dos pais. Dizemos teóricamente, porque convivemos em nossa sociedade com filhos não planejados, alguns resultantes de relações sexuais estabelecidas entre adolescentes, despreparados para a maternidade, mas que vivem em um tempo em que sexualidade não é mais tabu porém carecem de orientação apropriada relativa às consequências de seus atos.

Dominar o controle da natalidade, separando a sexualidade da reprodução, tem constituído uma nova realidade no Brasil: pais mais velhos tendo filhos, já que muitos protelam a maternidade para o momento em que sentem terem encontrado a relação profissional e contam com uma maturidade econômica. As relações entre pais e filhos se modificam nesse novo enquadre. Autores como Maccoby e Martin (1983) defendem que as práticas educativas mais produtivas são evidenciadas por pais denominados por eles de autoritativos. Tais pais equilibram responsividade e exigência. Percebe-se que pais mais velhos por vezes tem mais dificuldade em colocar limites nos filhos, tornando-se mais condescendentes no eixo exigência, o que caracteriza a prática parental denominada permissiva. Pais que tem prática permissiva contribuem para que a criança desenvolva padrão de comportamento prejudicial para a sua vida futura. Mas não são apenas os pais que encontram dificuldades. Filhos de pais com idade mais avançada tendem a apresentar maior ansiedade, a qual expressa o medo que sentem da eventual perda dos pais.

MGMatos - Como ajudar as famílias a manter-se saudáveis e a ser o melhor contexto possível para o crescimento dos filhos, sem interferir desnecessariamente na sua autonomia e cultura e sem as desresponsabilizar ou desautorizar?

ALeandro - Talvez seja de conceber e acentuar procedimentos preventivos

e reparadores que, sem desrespeito pela saudável opção pelo amor como fator determinante da constituição, funcionamento e perduração do casal, facilitem o desenvolvimento de sentidos de responsabilidade e maturidade éticas, afetivas, culturais e sociais que favoreçam a mentalidade de compromisso, sem prejuízo da autenticidade. Compromisso que o culto do amor/sexo/ternura/companheirismo/comunhão de projeto de vida, na diversidade das suas expressões, facilite a estabilidade da família como fator de realização individual e familiar. Relativamente aos filhos, importa incentivar e apoiar as expressões comuns do amor firme, essencial para a concretização dos seus direitos à interiorização personalizada (dialógica, facilitada pelo exemplo e respeitadora da sua individualidade e direitos à progressiva autonomia, à palavra e à participação) dos valores, das regras, dos limites, do sentido do outro, da tolerância, da promoção da paz.

A importância e delicadeza desses procedimentos preventivos e reparadores acentua-se profundamente no que concerne a famílias em condições de particular vulnerabilidade, impondo, para além do profundo respeito, a permanente intenção de, com elas, solenizar e efetivar a auto-inclusão, na procura, reforço e criação das suas capacidades.

MC Machado - Na minha opinião, a intervenção começa cedo, na escola onde se ensina a evitar a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis mas não se ensina a família e a infância.

A família como conceito de partilha e a família numerosa, de escala de partilha. A escola, a universidade, a consulta de planeamento, a farmácia de comunidade, a gravidez são janelas de oportunidade. Não há famílias melhores ou piores, há famílias a ser orientadas considerando a educação da mulher, a integração no mercado de trabalho, a carreira, sempre despenalizando a desadequação. Muitas vezes digo as mães das crianças de quem sou pediatra: esqueça a sua culpa, não é melhor nem pior do que qualquer outra Mãe.

Nunca os pais estiveram tão envolvidos com os seus filhos. E isto que deve ser considerado oportunidade.

I Leal - Na actualidade, mesmo que haja muito poucas novas crianças, temos pelo menos a certeza que praticamente todas foram desejadas ou, pelo menos, muito bem aceites. As anticoncepções disponíveis funcionam e são acessíveis, a informação sobre o assunto é muito mais circulante do que sempre foi, a interrupção de gravidez em casos extremos é uma possibilidade efectiva. Ou seja, longe vão os tempos em que se tinha filhos porque sim, porque tal se inscrevia numa condição fisiológica imperial.

Nestas novas circunstâncias dir-se-ia que a educação destas crianças seria muito mais planeada, muito mais pensada, muito mais investida. Genericamente assim é, o que não altera o facto dessa educação mais do que ser o que devia, ser o que pode ser.

Para lá das dificuldades económicas que são pano o pano de fundo de muitas famílias e acarretam inevitáveis e, por vezes inesperadas, alterações de planos, mudanças de estilo de vida e instabilidades pessoais há o facto de a maioria dos

pais actuais não ter tido experiências prévias de lidar com crianças o que facilita toda a gama de idealizações. Vivem, por isso, todas as fases de desenvolvimento entre o espanto e a dúvida. Por um lado, uma vez envolvidos no seu novo papel, deliciam-se com os pequenos sinais que as crianças vão dando e que confirmam a importância do papel parental. Por outro lado, têm dificuldade em negociar intimamente o espaço a conceder a esse novo papel e à própria criança. Quase todos assumem que querem fazer o melhor possível mas, depois, quando têm de decidir o que é esse melhor, como se transforma e aplica na prática a cada situação do dia-a-dia, as coisas complicam-se, sendo que o melhor para a criança só, por acaso, é que tem algo a ver com aquilo que é melhor para a mãe e para o pai.

Por aqui aparecem as primeiras incertezas e culpabilidades. Aparecem as opiniões dos avós e dos amigos, dos técnicos e dos conhecidos. Todos têm imensas certezas e convicções, sendo que, por regra, são contraditórias quando não mesmo antagónicas. Na impossibilidade de agradar a todos, os novos pais instalam-se num terreno por vezes pantanoso em que, de concessão em concessão e de opinião em opinião, enfraquecem a sua própria posição e diluem a sua responsabilidade parental.

O problema dessa diluição é que, uma vez instalada, tende a permanecer o que, por si só é uma mancha que ataca a qualidade de um vínculo que será definitivo.

Assim sendo, o que preconizaria como mais eficaz para ajudar as famílias a crescer saudavelmente é, da parte dos técnicos, uma atitude de “boa distância”, sem interferências, sem aconselhamentos não solicitados e numa atitude de devolução sistemática da responsabilidade parental (Leal, 2005).

DVilar - Sobretudo dando-lhes as condições para viverem com dignidade, combatendo-se a pobreza e o desemprego que estão na base de muitos problemas no funcionamento familiar, intervindo profissionalmente em situações problemáticas - violência conjugal, maus tratos de menores e idosos, conflitos familiares graves, e proporcionando uma oferta de parental. O conceito de parentalidade positiva é um conceito recente e muito abrangente e que pode ser bastante útil do ponto de vista da intervenção profissional. Este conceito aponta para a capacitação dos atores familiares e, portanto, para a promoção da autonomia, excluindo abordagens paternalistas.

CGonçalves - Respeitando incondicionalmente as suas opções e formas singulares de ser família, ajudando-os a reencontrar nas suas diferenças, contextos afectivo/emocionais consistentes para garantirem aos mais desprotegidos (às crianças, adolescentes e jovens) um clima de segurança e confiança, para que de forma autónoma possam explorar o mundo e construam investimentos seguros e realizadores. Devem assumir, independentemente de serem ou não cônjuges, que nunca deixarão de ser pais. Por isso, devem evitar a emergência de um contexto de insegurança, sofrimento, confusão de papéis e identidades, instabilidades e chantagens emocionais suscitadas pela eventual separação física e afetiva dos progenitores. Independentemente das diversas configurações de ser família, esta não poderá prescindir de assumir na sua singularidade o papel insubstituível

na educação e formação das futuras gerações que outras instâncias (escola, comunicação social, religiões...) não poderão suprir. Ou seja, a família tem de ser o porto seguro, o lugar dos afetos, da segurança, da estabilidade e da ternura para permitir aos jovens explorar a vida e o mundo de forma securizante e feliz como defeni anteriormente (Gonçalves, 2008).

MCMoreno - Las últimas décadas han sido testigos del diseño e implantación de incontables programas de intervención dirigidos a las familias con objetivos, poblaciones, estrategias, duración e intensidad muy diferentes. Uno de estos tipos de programas son los que van orientados a la familia y éstos, a su vez, pueden clasificarse siguiendo muchos criterios (Triana & Rodrigo, 2010). Probablemente el más genérico de estos criterios de clasificación es el que surge al analizar la historia de la intervención familiar. En ese análisis histórico se podrían diferenciar tres grandes momentos de la intervención familiar: el del déficit, el de la prevención y, en tercer lugar, el de la optimización y promoción, éste último con un desarrollo más reciente que incluye la intervención sobre activos.

En efecto, los primeros programas de intervención dirigidos a la familia lo hacen con una clara inspiración en el modelo de déficit y en los planteamientos de la educación compensatoria. Estaban dirigidos a familias empobrecidas o familias en la que ya se hubiera detectado maltrato; además, tenían un planteamiento individualista (sólo se intervenía sobre los progenitores y de manera individual), asistencial y casi siempre centrado exclusivamente en la mejora del desarrollo cognitivo de los niños. Poco a poco los críticos de esta perspectiva fueron mostrando las carencias y los efectos indeseables de estos programas (entre ellos, la estigmatización sobre las familias con las que trabajaban, que inmediatamente quedaban señaladas como no competentes) y comenzó a consolidarse el segundo gran momento de la intervención familiar. Se trataba de una perspectiva más orientada a la prevención que a compensar cualquier déficit, más basada en el anclaje comunitario del programa y en el trabajo grupal de los padres y madres, y con unos objetivos más universales (más orientados a la población general, puesto que se entiende que todas las familias necesitan algún tipo de apoyo) y también más ambiciosos. Así, por ejemplo, los objetivos de la intervención se orientaron tanto a los individuos como a la familia en su conjunto y a los subsistemas que la componen; y, en lo que atañe al niño o niña, la mejora de su desarrollo cognitivo pasó a ser una prioridad más, añadida a la mejora de lo que se ha dado en denominar las habilidades para la vida (autoconocimiento, empatía, comunicación asertiva, relaciones interpersonales, toma de decisiones, solución de conflictos, pensamiento creativo pensamiento crítico, manejo de emociones y sentimientos, y manejo de tensiones y estrés).

El tercer momento toma los ingredientes de la etapa anterior, pero ya no se orienta sólo a la prevención, sino que añade el objetivo de la promoción, es decir, la intervención trata de incidir ahora sobre los aspectos positivos para el desarrollo personal, familiar y de la comunidad. Son las intervenciones que Rodrigo (2003) describe como comprensivas, duraderas, multi-dominio y multi-contexto. Entre

los objetivos de este enfoque, muy acorde con los principios del desarrollo positivo, podrían destacarse tres muy marcados. Por un lado, que las personas y las familias (*todas las familias*, recuérdese lo comentado a propósito de la pregunta anterior en esta tertulia) desarrollen capacidades y fortalezas para resolver los asuntos de su vida cotidiana; por otro, promover el desarrollo de recursos en la comunidad que puedan complementar las necesidades de las ecologías familiares y garantizar una buena integración comunitaria de las familias. El tercero de los objetivos ha empezado a aparecer más recientemente entre los planteamientos de la promoción y se refiere al trabajo sobre los activos y el patrimonio de recursos con los que ya cuentan tanto las familias como la comunidad. El trabajo con los activos pretende, en primer lugar, que las familias (de nuevo, recuérdese: *todas las familias*) y las comunidades tomen conciencia de sus fortalezas, sean conscientes y reflexionen acerca de todos los recursos que tienen (tanto como individuos, como familias o como comunidad), que los valoren, que incrementen así sus sentimientos de autoeficacia y, a su vez, trabajen para potenciar esos recursos. Se espera, igualmente, que el trabajo sobre activos complemente el de las otras intervenciones específicas (por ejemplo, las orientadas a abordar el riesgo o la preservación familiar), y que ambas se beneficien mutuamente, ya que es más fácil mantener a las familias dentro de los programas y comenzar a trabajar en la reflexión sobre el cambio una vez que se han fortalecido su autoestima y sus sentimientos de autoeficacia.

Finalmente, y conectando este punto con lo que se comentó más arriba, en este momento la investigación debe seguir avanzando en el conocimiento tanto de los riesgos como de los activos que todos y cada uno de los tipos de familia tienen, con el fin de que la intervención se oriente para contrarrestar los primeros (los riesgos) y potenciar los segundos (los activos) (Arranz, Oliva, Parra & Martín, 2010; Triana y Rodrigo, 2010).

SSLohr - Na atualidade percebe-se que organizações familiares diversificadas começaram a estruturar-se. Pais separados casam-se, cada qual levando filhos de sua relação anterior, formando famílias de irmãos afetivos que não tem laços sanguíneos. Famílias monoparentais tornam-se mais frequentes. No passado famílias monoparentais ocorriam em casos de viuvez. Na atualidade, além dos casos de viuvez, são comuns os casos de famílias monoparentais fruto de separação do casal, ou por opção de ter filho sem casar. Anteriormente foi apontado o quanto famílias monoparentais são mais suscetíveis, o que pode constituir fator de risco para o desenvolvimento dos filhos.

Outro desafio ligado à relação da sociedade com as diferentes organizações familiares ocorre quando em 2011 o Supremo Tribunal do Brasil reconheceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar. Famílias em que os pais mantinham relação homoafetiva passaram a sentir se mais fortes para assumir publicamente sua opção de organização familiar. Deparamo-nos aqui com novo arranjo familiar, no qual filhos têm duas figuras do mesmo sexo, como pais. Por tratar-se de opção familiar que muito recentemente passou a ser aceita de forma oficial, há ainda dificuldades na sociedade para incorporá-la. Percebe-

se muitas vezes a criança sofrendo as consequências das escolhas dos pais. Dias (2004), Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, defende que os direitos da criança filha de casais homoafetivos sejam respeitados, concedendo-lhe os direitos legais de filho dos dois pais ou das duas mães. Segundo ela *“Negar a realidade, não reconhecer direitos só têm uma triste seqüela: os filhos são deixados à mercê da sorte, sem qualquer proteção jurídica. Livrar os pais da responsabilidade pela guarda, educação e sustento da criança é deixá-la em total desamparo”*.

Ao acompanhar a evolução da família com o passar do tempo, constata-se que evolução não necessariamente é sinônimo de melhor modelo, apenas reflete mudanças que foram ocorrendo ao longo dos anos. Algumas dessas mudanças promoveram expansão do conceito de família, acolhendo em seu seio crianças que no passado ficavam à margem da sociedade por escolhas dos pais, dando direitos e suporte a todos os filhos, independente se gerados no casamento ou filhos de casamentos anteriores. Enquanto outras mudanças dão origem a situações de risco, como aumento do índice de gravidez na adolescência, ou de famílias monoparentais.

O suporte para as crianças e para as famílias, independente do modelo de família adotado, é sempre uma forma importante de auxílio. Profissionais das diversas áreas do conhecimento debruçarem-se sobre a problemática, discutindo direcionamentos na sociedade que atendam à nova conjuntura, é fundamental. Debater o tema é um modo de avançar na sua compreensão. Diferentes configurações familiares precisam ser respeitadas, pois como diz Dias (2004) *“O conceito de família precisou ser reinventado em face das alterações ocorridas no modelo tradicional dos vínculos familiares. As pessoas passaram a viver em uma sociedade mais tolerante e, por se sentirem mais livres, partiram em busca da realização do sonho de felicidade, distanciando-se da estrutura convencional do casamento.”* Mudanças na sociedade requerem preparo para lidar com o novo tanto no manejo das situações problema que decorrem desse novo momento (como medo de perder os pais que são mais velhos, ou filhos que adultos se mantêm na casa dos pais protelando sua independência, na expectativa de constituir as próprias famílias no dia em que tiverem completado sua formação profissional, o que os mantém em um modelo hoje discutido como famílias canguru), mas também ao compreender o direito de toda criança a ser reconhecida como filho, discussões essas que vem configurando um novo panorama legal em casos como os de famílias homoafetivas.

ALeandro - Muito breve síntese dos tópicos das ideias apresentadas na Tertúlia:

- 1) A importância da boa efetivação do direito da criança a uma parentalidade positiva, no sentido do conjunto dos poderes/deveres inerente às responsabilidades parentais visando a contribuição para a concretização dos direitos da criança.
- 2) As vantagens de essa parentalidade positiva ser exercida no seio da família biológica ou, na sua inexistência ou incapacidade, na família adotiva.

- 3) A necessidade pessoal e social de fomentar novas formas, com reconhecimento jurídico, de garantir à criança o direito à parentalidade positiva, quando seja impossível o seu exercício no seio de família biológica ou adotiva – o exemplo do apadrinhamento civil.
- 4) A urgência de implementação de uma cultura, e correspondentes atitudes, para que, nos casos de divórcio, extinção da união de facto ou de pais não vivendo em comum, os progenitores interiorizem que “pais são para sempre”, sendo sua indeclinável obrigação a continuidade, na forma regulada, do exercício dos seus deveres/direitos inerentes às responsabilidades parentais, no respeito pelo filho e pelo outro progenitor, e na procura incessante do superior interesse daquele, sem conflitos prejudiciais a esse interesse.

Nesta perspetiva, a oportunidade de se discutir sobre a possível inconveniência, do ponto de vista cultural e simbólico, da consideração como “famílias monoparentais” as famílias constituídas apenas por um dos progenitores divorciados, separados ou não convivendo em comum, e o filho ou os filhos comuns. Não será de considerar, que, do ponto de vista dos filhos e das responsabilidades dos pais para com eles, a família continua a ser biparental, salvo no caso de morte ou do desaparecimento de um deles?

MGMatos - Retomando uma frase inicial, não somos ensinados a ser pais e, como dizia Kundera, a vida de todos os dias é ao mesmo tempo o ensaio geral e a própria “performance”, esta performance às vezes corre melhor outras pior, por motivos mais relacionados com os pais, com os próprios filhos, ou pelo contexto socio-económico-político, mais ou menos benévolo. Recuperando breves techos do que aqui foi dito:

“de facto, a sociedade portuguesa, à semelhança de outras com a mesma matriz cultural, reconhece a diversidade atual das estruturas familiares e, hoje em dia, a aceitação moral e social (e não somente no plano legal) desta diversidade é cada vez maior. Mas as famílias mudaram também profundamente nas suas dinâmicas, no sentido de relações mais igualitárias nos casais e em relações menos autoritárias entre pais e filhos”

Apesar de:

“en los medios de comunicación y a menudo también en publicaciones de divulgación es posible encontrar argumentos fuertemente ideologizados y llenos de prejuicios en contra de las nuevas estructuras familiares”

O centro da acção volta-se agora para a criança, situação que começa a ter efeitos problemáticos na vida e no bem estar dos próprios pais, muitas vezes criando-se a expectativa de que estes devem conseguir ser super-pais e super-mães, sem que o contexto social se transforme num “super contexto”, amigo das crianças e amigo das famílias.

“a criança é cada vez mais o centro da família com os pais a condicionar os seus tempos e as suas opções de vida financeiras e de lazer ao infantário, à doença, à natação ou ao futebol, todas actividades infantis”.

Não é de estranhar que, pelo menos em Portugal, haja cada vez menos crianças. Esta situação ficou agravada com a diminuição dos imigrantes que há poucos anos eram responsáveis pela paternidade/ maternidade de muitas das crianças nascidas em Portugal.

“ há maior apoio e protecção às crianças do que à família em si. Assim, com os dois elementos a trabalhar e a dividir as tarefas caseiras, a vida do casal que deve necessariamente incluir a vida sexual é mais difícil e torna-se mais frequente o divórcio”

A educação da sexualidade (Matos, 2010) pode incluir uma educação para a parentalidade, enquanto reflexão sobre projectos de vida partilhados que incluam os cuidados e o diálogo entre parceiros sexuais e a integração ou não de filhos neste projecto (parentalidade).

“a descoberta de métodos contraceptivos, no séc. XX provocou novas mudanças na organização das famílias ao permitir aos casais optarem ou não pela procriação. Sexo e reprodução deixam de ser sinónimos. A sexualidade passou a ser estudada na sua relação com o amor, tendo influência direta na organização das famílias. Filhos teoricamente passariam a ser concebidos conforme planeamento dos pais. Dizemos teóricamente, porque convivemos em nossa sociedade com filhos não planejados, alguns resultantes de relações sexuais estabelecidas entre adolescentes, despreparados para a maternidade, mas que vivem em um tempo em que sexualidade não é mais tabu porém carecem de orientação apropriada relativa às consequências de seus atos”.

Porque é agora difícil a um casal organizar-se, motivar-se e financiar-se para ter filhos? Ou os pais desinteressaram-se pura e simplesmente de ter filhos?

“a maioria de nós assume que a parentalidade se desenvolve imutável num quadro de conjugalidade, amorosamente investida, em que aliás o projecto de ter filhos ancorou, esquece-se ou ignora-se mesmo, que tão importante como querer ter filhos é querer ser pai ou mãe”

Querer-se ser pai e mãe torna-se cada vez mais difícil num contexto pouco “amigo das crianças e das famílias”. Um contexto destes favorece a diminuição da natalidade, facto que associado ao aumento da longevidade acarreta problemas uma inversão da pirâmide demográfica e consequências socio-económicas, culturais e políticas.

Será útil investir num espaço intergeracional, agora facilitado pelo aumento da esperança de vida, ajudando três ou mesmo quatro gerações a conviver, partilhar saberes e competências, fomentando o convívio e a percepção de competência, utilidade, partilha, diminuindo o stresse, a percepção de solidão ou isolamento, sem contudo deixar instalar a intromissão e a falta de autonomia, a falta de privacidade e a percepção de liberdade (Matos e Sampaio, 2009).

“as famílias são pequenas e não raramente o jovem pai e a jovem mãe não tiveram contacto com crianças como acontecia nas gerações anteriores, pois não têm irmãos ou sobrinhos. Estes contactos eram essenciais na aprendizagem não só de lidar, mas de gostar de crianças”.

“ Mudanças na sociedade requerem preparo para lidar com o novo tanto no manejo das situações problema que decorrem desse novo momento (como medo de perder os pais que são mais velhos, ou filhos que adultos se mantêm na casa dos pais protelando sua independência, na expectativa de constituir as próprias famílias no dia em que tiverem completado sua formação profissional, o que os mantêm em um modelo hoje discutido como famílias canguru), mas também ao compreender o direito de toda criança a ser reconhecida como filho, discussões essas que vem configurando um novo panorama legal em casos como os de famílias homoafetivas”.

“as relações conjugais e familiares alicerçam-se predominantemente em vínculos emocionais e na intimidade, em contraponto a normas sociais e éticas exteriores à mesma”

Do ponto de vista dos filhos: *“do ponto de vista dos filhos e das responsabilidades dos pais para com eles, a família continua a ser biparental, salvo no caso de morte ou do desaparecimento de um deles”*

O grande desafio para os técnicos: *“o que preconizaria como mais eficaz para ajudar as famílias a crescer saudavelmente é, da parte dos técnicos, uma atitude de “boa distância”, sem interferências, sem aconselhamentos não solicitados e numa atitude de devolução sistemática da responsabilidade parental”*

“o conceito de parentalidade positiva é um conceito recente e muito abrangente e que pode ser bastante útil do ponto de vista da intervenção profissional. Este conceito aponta para a capacitação dos atores familiares e, portanto, para a promoção da autonomia, excluindo abordagens paternalistas”

Sendo reconhecido que *“Nunca os pais estiveram tão envolvidos com os seus filhos. E isto que deve ser considerado oportunidade”.*

Como tornar Portugal um país amigo das famílias: amigo dos pais/ mães enquanto cidadãos e enquanto país, e um país amigo das crianças: globalmente um país onde é bom nascer e ajudar a nascer e a crescer?

“Sobretudo dando-lhes as condições para viver com dignidade, combatendo-se a pobreza e o desemprego que estão na base de muitos problemas no funcionamento familiar, intervindo profissionalmente em situações problemáticas – violência conjugal, maus tratos de menores e idosos, conflitos familiares graves, e proporcionando uma oferta de parental”.

“respeitando incondicionalmente as suas opções e formas singulares de ser família, ajudando-os a reencontrar nas suas diferenças, contextos afectivo/ emocionais consistentes para garantirem aos mais desprotegidos (às crianças, adolescentes e jovens) um clima de segurança e confiança, para que de forma autónoma possam explorar o mundo e construam investimentos seguros e realizadores”.

Referências

- Alberdi, I. (2007). *Los hombres jóvenes y la paternidad*. Madrid, Fundación BBVA.
- Arranz, E. & Oliva, A. (Eds.) (2010). *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares*. Madrid, Pirámide.
- Arranz, E., Oliva, A., Parra, A. & Martín, J. L. (2010). Análisis de los problemas y necesidades de las nuevas estructuras familiares. *Intervención Psicosocial*, 19 (2), 7-16.
- Bjork, D.F., Yunger, J.L. & Pellegrini, A.D. (2002). The evolution of parenting and evolutionary approaches of childrearing. En M.H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting*, Vol. 2 *Biology and ecology of parenting* (pp. 3-30). Mahwah, NJ, Erlbaum.
- Cortés, M.R., & Cantón, J. (2010). Familias monoparentales. En E. Arranz & Oliva, A. (2010), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 35- 50). Madrid, Pirámide.
- DIAS, Maria Berenice (2004). *Filiação homoafetiva. Afeto, Ética, Família e o novo Código Civil*. Belo Horizonte: Del Rey
- Ferry, L (2012). *A revolução do amor: por uma espiritualidade laica*. Editora Objetiva: Rio de Janeiro.
- Fisher,, H. (1983). *The sex contract*. New York. William Marrow and company
- Fize, Michel (1990) *La Démocratie Familiale : évolution des relations parents-adolescents*, Paris, Presses de la Renaissance, 1990
- Gonçalves, C. M.(2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação vocacional dos jovens*. Edições Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
- González, M.M. (2000). *Monoparentalidad y exclusión social en España*. Sevilla, Área de Economía y Empleo, Ayuntamiento de Sevilla.
- González, M.M.; López, F., & Gómez, A.B. (2010). Familias homoparentales. En E. Arranz & Oliva, A. (2010), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 101-120). Madrid, Pirámide.
- Leal, I. (2005). Novas e velhas parentalidades. in I.Leal, *Psicologia da gravidez e da parentalidade*. Lisboa: Fim de século.
- LeVine, R.A. (1974). Parental goals: A cross-cultural view. *Teachers College Record*, 76, 226-239.
- López, F. (2008). *Necesidades en la infancia y en la adolescencia. Respuesta familiar, escolar y social*. Madrid, Pirámide.
- López, S., & Escudero, V. (2003). *Família, evaluación e intervención*. Madrid, Editorial CCS.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. Em E. M. Hetherington (Org.), P. H. Mussen (Org. Série), *Handbook of child psychology: Vol. 4. Socialization, personality, and social development* (4a ed., pp. 1-101). New York: Wiley.
- Matos, M. G. (Coord.) (2010). *Sexualidade: afectos, cultura e saúde. Gestão de problemas de saúde em meio escolar*. Lisboa: Coisas de Ler.

- Matos, M. G., & Sampaio, D. (Coord.) (2009). *Jovens com saúde: diálogos com uma geração*. Lisboa: Texto Editores, Lda.
- Menéndez, S. (2003). *Psicología Evolutiva: Proyecto Docente*. Manuscrito no publicado. Huelva: Universidad de Huelva.
- Moreno, C. (2004). Las familias homoparentales: entre el debate científico y el ideológico. *Infancia y Aprendizaje*, 27(3), 325-326.
- Muñoz, A., Jiménez, J., & León, E. (2010). Características de los padres y madres de los menores acogidos en familia extensa: Aspectos prioritarios para la prevención y la preservación familiar. *International Journal of Developmental and Educational Psychology (Infad: Revista de Psicología)*, 2 (1), 279-286.
- Ogbú, J.U. (1981). Origins of human competence: A cultural-ecological perspective. *Child Development*, 52, 413- 429.
- Oliva, A., Parra, A., & Antolín, L. (2010). Familias reconstituidas. En E. Arranz & Oliva, A. (2010), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 70-87). Madrid, Pirámide.
- Palacios, J. (2010). Familias adoptivas. En E. Arranz & Oliva, A. (2010), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 51-67). Madrid, Pirámide.
- Palacios, J., & Rodrigo, M.J. (1998). La familia como contexto de desarrollo humano. En M.J. Rodrigo & J. Palacios (Comps.), *Familia y desarrollo humano* (pp. 25-44). Madrid, Alianza.
- Relvas, A. P. & Alarcão, M. (2002). *Novas formas de família*. Coimbra, Quarteto).
- Rodrigo, M.J. (2003). Programas de apoyo a las necesidades de los padres. Ponencia en el simposio *Las relaciones padres-hijos: necesidades de apoyo a las familias*. Save the Children. Madrid: Exlibris
- Rodrigo, M.J. & Palacios, J. (Eds.) (1998). *Familia y desarrollo humano*. Madrid: Alianza Editorial.
- Shorter, E. (1975) *A formação da família moderna*. Lisboa : Terramar.
- Triana, B., & Rodrigo, M.J. (2010). Modelos y estrategias de intervención ante la diversidad familiar. En E. Arranz & Oliva, A. (2010), *Desarrollo psicológico en las nuevas estructuras familiares* (pp. 121-142). Madrid, Pirámide.